

ano 11 – n. 29 | janeiro/abril – 2022
Belo Horizonte | p. 1-254 | ISSN 2238-9695
R. Fórum de Dir. Civ. – RFDC

Revista Fórum de
DIREITO CIVIL

RFDC

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Editorial.....	7
----------------	---

DOCTRINA E ATUALIDADES

A confiança nas redes contratuais: um ensaio sobre direito, organização e congruência de sentidos

Arnaldo Rizzardo Filho	13
Introdução.....	13
1 A confiança em termos jurídico-contratuais.....	14
1.1 A confiança nas relações contratuais lineares e nas relações contratuais em formato de rede	15
1.2 Quadro comparativo entre relações contratuais lineares e relações contratuais em rede	18
1.3 Síntese: evolução gerencial e exploração do mercado	18
2 A confiança em termos organizacionais	19
2.1 A confiança como princípio organizador da empresa: estrutura e mobilização.....	19
2.2 Os efeitos da confiança interorganizacional no desempenho empresarial	21
2.3 Síntese: o <i>continuum</i> da confiança interna e a confiança interorganizacional	23
3 A confiança do Direito em termos sociológicos.....	24
3.1 A função do sistema jurídico, a identificação de expectativas comportamentais e a congruência de sentidos.....	24
3.2 Expectativas comportamentais em nível de rede e interpretação das Preliminares das Disposições Gerais dos Contratos em Geral do Código Civil	25
3.3 Síntese: congruência de sentidos.....	30
Conclusão	30
Referências	32

O comportamento digital como justa causa para resolução de contratos

Ailime Cordeiro Buarque	35
Introdução.....	35
1 Como o comportamento digital tem mudado a base negocial dos contratos.....	37
2 Estado Social – da conquista de direitos à exigência de deveres: a transformação do comportamento da pessoa do contratante e sua importância para além do objeto contratual.....	42
3 O comportamento digital como justa causa para a resolução do contrato	45
Considerações finais.....	48
Referências	50

A má utilização dos recursos das redes sociais e a conseqüente ruptura das esferas da privacidade e intimidade

Klaus Almeida Struecker	53
Introdução.....	53
1 Intimidade e vida privada: conceitos e distinções	54
2 A privacidade e as redes sociais	56
3 A proteção de dados pessoais nas redes sociais	58
4 Os limites entre o público e o privado	60

5	A má utilização das ferramentas das redes sociais e o conseqüente prejuízo às esferas da intimidade e privacidade	62
	Considerações finais	64
	Referências	66

Liberdade testamentária de conviventes em união estável, à luz do Código Civil e de decisões do STF

Valerio de Oliveira Mazzuoli	67
Introdução	67
1 Companheiro não é herdeiro necessário	68
2 Liberdade testamentária dos conviventes em união estável	75
Conclusão	77
Referências	78

O direito fundamental à herança e a (im)possibilidade de prescrição da ação de petição

Ketlyn Andrade de Holanda, Lucas Melo Borges de Souza	79
Introdução	79
1 O direito fundamental à herança e a ação de petição	81
1.1 O direito à herança na Constituição Federal de 1988 e na legislação ordinária	81
1.2 <i>Droit de saisine</i>	83
1.3 Ação de petição de herança	85
2 Da prescrição	88
3 A (im)prescritibilidade da ação de petição de herança e o seu <i>dies a quo</i>	94
Conclusão	99
Referências	100

DIÁLOGOS

As mudanças trazidas pela Lei do Superendividamento

Júlio Moraes Oliveira	107
Introdução	108
1 Princípio do fomento à educação financeira e ambiental ou do crédito responsável	110
2 Novos instrumentos da Política Nacional de Relações de Consumo	111
3 Cláusulas abusivas	112
4 A definição de superendividamento e seus elementos	114
5 O direito à informação	120
6 Aspectos da oferta e publicidade de crédito	121
7 Contratos de crédito	123
8 Das práticas abusivas na concessão do crédito	123
9 Da conciliação no superendividamento	124
10 Da repactuação de dívidas	125
Conclusão	128
Referências	129

O discurso de ódio enquanto abuso e negação do Estado Democrático de Direito

Humberto Lucchesi de Carvalho	131
Introdução	131
1 Estado Democrático de direito e liberdade de expressão	134
2 O discurso de ódio enquanto abuso de direito	140
3 O discurso de ódio enquanto negação ao Estado Democrático de Direito	146
Considerações finais	152
Referências	153

EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA

Aspectos contratuais da gestação de substituição em Portugal	
Patricia Ferreira Rocha	159
Introdução	159
1 A definição da gestação de substituição e das relações parentais daí decorrentes	160
2 Pressupostos do contrato de geração de filhos	164
3 Limites ao conteúdo das cláusulas contratuais	169
Conclusão	173
Referências	175

AGENDAS DE DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL

Locações imobiliárias por plataformas digitais em condomínios residenciais: da proibição à regulamentação

Gabriel Honorato, Rogério Coutinho Beltrão	179
Notas introdutórias	179
1 A natureza jurídica das locações por meio de aplicativos e plataformas digitais ...	182
2 Como resolver o problema das locações por aplicativos nos condomínios residenciais?	192
Notas conclusivas	197
Referências	199

JURISPRUDÊNCIA

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Lei de Locações – Ação Renovatória de Locação – Diferenças dos aluguéis vencidos – Cumprimento de sentença – Juros de mora – Termo inicial – Prazo fixado na sentença transitada em julgado (mora <i>ex re</i>) ou data da intimação do devedor, conforme artigo 523 do Código de Processo Civil (mora <i>ex persona</i>). Recurso Especial nº 1.929.806/SP	203
--	-----

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Direito das Sucessões – Ação declaratória de reconhecimento de indignidade com pedido de exclusão de herdeiro – Rol do artigo 1.814 do CC/2002 – Taxatividade – Criação de hipóteses não previstas no dispositivo legal por analogia ou interpretação extensiva – Impossibilidade – Interpretação literal – Homicídio e ato infracional análogo ao homicídio – Sentido técnico e jurídico na esfera penal – Repercussão não obrigatória no âmbito civil – Interpretação teleológica-finalística da regra que visa prevenir e reprimir o ato do herdeiro que atenta contra a vida dos pais – Exclusão do herdeiro menor por ato análogo ao homicídio praticado contra seus pais – Possibilidade. Recurso Especial nº 1.943.848/PR	213
---	-----

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Imóvel em condomínio – Posse direta e exclusiva exercida por um dos condôminos – Privação de uso e gozo do bem por coproprietário em virtude de medida protetiva contra ele decretada – Arbitramento de aluguel pelo uso exclusivo da coisa pela vítima de violência doméstica e familiar – Descabimento – Desproporcionalidade constatada e inexistência de enriquecimento sem causa. Recurso Especial nº 1.966.556/SP	221
--	-----

RESENHA

Resenha à obra *Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais*, de Bruno Zampier

Manoel Victor de Mello Vianna	229
Referências	242

TESES E DISSERTAÇÕES

A publicidade infantil na sociedade de consumo: possibilidade e limites no ordenamento jurídico brasileiro

Eduardo Henrique Costa	245
-------------------------------------	-----

A (re)configuração dos pilares do direito privado na sociedade digital: a nova contratualidade *on-line* na era do acesso e compartilhamento

Marcelo Leonardo de Melo Simplício	247
---	-----

Ressignificação da indisponibilidade dos direitos: transigibilidade e arbitrabilidade nos conflitos familiares

Ricardo Lucas Calderón	249
-------------------------------------	-----

Instruções para os autores	253
----------------------------------	-----